

ATA DE REGISTRO Nº. 67/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 82/2024

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2024

O **MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n. 95.990.198/0001-04, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta/SC, representado neste ato pelo Prefeito, Sr Clodoaldo Briancini, e o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, CNPJ n. 11.427.163/0001-71, situado na Rua Maria Ranzan, 619, Bairro Rosa Linda, Cordilheira Alta/SC, representado por sua gestora, Sra. Flavia Cortes Garcia, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **GUARANI SERVIÇOS AUTOMOTIVOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.29.886.316/0001-04, com sede na R. Pedro Giotto, Bairro Guarany, Xaxim/SC, representada por Adilso Canzi, inscrito(a) no CPF n.***.234.769-**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo Administrativo 82/2024, Pregão Eletrônico nº 41/2024, e que se regerá pela Lei n. 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 141/2023, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente contrato é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MECÂNICA, ELÉTRICA, AR-CONDICIONADO, FUNILARIA E PINTURA, PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES (LEVES E PESADOS), TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS COM O RESPECTIVO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, PEÇAS, ACESSÓRIOS E COMPONENTES NECESSÁRIOS, PARA O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme tabela a seguir:

Nº LOTE 01 - VEÍCULOS LEVES E VANS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO PELA EMPRESA
1	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E VANZ	HORA	600	152,99	91.794,00	

2	- FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS LEVES (CONFORME MARCA/MODELO DISPOSTO NO TERMO DE REFERÊNCIA), DE ACORDO COM O BANCO DE PREÇOS DO SISTEMA CILIA. CASO A PEÇA OU MATERIAL NÃO ESTEJA DISPONIVEL NO BANCO DE PREÇOS, UTILIZAR-SE-Á SUBSIDIARIAMENTE OS PREÇOS DA CONCESSIONÁRIA E DO MERCADO REGIONAL. (UN)	UN			100.000,00	46%
VALOR LOTE					191.794,00	
N° LOTE 02 - VEÍCULOS PESADOS E MICRO ÔNIBUS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO PELA EMPRESA
3	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS E MICRO ONIBUS	HORA	1500	164,04	246.060,00	
4	FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA MANUTENÇÃO DOS VEICULOS PESADOS (CONFORME MARCA/MODELO DISPOSTO NO TERMO DE REFERÊNCIA), DE ACORDO COM O BANCO DE PREÇOS DO SISTEMA CILIA. CASO A PEÇA OU MATERIAL NÃO ESTEJA DISPONIVEL NO BANCO DE PREÇOS, UTILIZAR-SE-Á SUBSIDIARIAMENTE OS PREÇOS DA CONCESSIONÁRIA E DO MERCADO REGIONAL (UN)	UN			500.000,00	56%
VALOR LOTE					746.060,00	
N° LOTE 03 - TRATORES DE PNEU						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO



						PELA EMPRESA
5	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE TRATORES DE PNEU	HORA	600	165,18	99.108,00	
6	FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA MANUTENÇÃO DO TRATOR DE PNEU (CONFORME MARCA/MODELO DISPOSTO NO TERMO DE REFERÊNCIA), DE ACORDO COM O BANCO DE PREÇOS DO SISTEMA CILIA. CASO A PEÇA OU MATERIAL NÃO ESTEJA DISPONIVEL NO BANCO DE PREÇOS, UTILIZAR-SE-Á SUBSIDIARIAMENTE OS PREÇOS DA CONCESSIONÁRIA E DO MERCADO REGIONAL (UN)	UN			200.000,00	50%
VALOR LOTE					299.108,00	
N° LOTE 04 - IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO PELA EMPRESA
7	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	HORA	600	160,75	96.450,00	
8	FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA MANUTENÇÃO DOS IMPLEMENTOS AGRICOLAS (CONFORME MARCA/MODELO DISPOSTO NO TERMO DE REFERÊNCIA), DE ACORDO COM O BANCO DE PREÇOS DO SISTEMA CILIA. CASO A PEÇA OU MATERIAL NÃO ESTEJA DISPONIVEL NO BANCO DE PREÇOS, UTILIZAR-SE-Á SUBSIDIARIAMENTE OS PREÇOS DA CONCESSIONÁRIA E DO MERCADO REGIONAL (UN)	UN			200.000,00	37%
VALOR LOTE					296.450,00	



N° LOTE 05 - FUNILARIA E PINTURA						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO PELA EMPRESA
9	MÃO DE OBRA PARA FUNILARIA E PINTURA DE VEÍCULOS LEVES, PESADOS, TRATORES DE PNEU, LINHA AMARELA	HORA	300	166,8	50.040,00	50%
10	FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE PARA FUNILARIA E PINTURA (CONFORME MARCA/ MODELO DISPOSTO NO TERMO DE REFERÊNCIA), DE ACORDO COM O BANCO DE PREÇOS DO SISTEMA CILIA. CASO A PEÇA OU MATERIAL NÃO ESTEJA DISPONIVEL NO BANCO DE PREÇOS, UTILIZAR-SE-Á SUBSIDIARIAMENTE OS PREÇOS DA CONCESSIONÁRIA E DO MERCADO REGIONAL (UN)	UN			50.000,00	
VALOR LOTE					100,040,00	
N° LOTE 06 - MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO PELA EMPRESA
11	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO DE VEICULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E TRATORES DE PNEU	HORA	150	172,83	25.924,50	10%
12	FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO (CONFORME MARCA/ MODELO DISPOSTO NO TERMO DE REFERÊNCIA), DE ACORDO COM O BANCO DE PREÇOS DO SISTEMA CILIA. CASO A PEÇA OU MATERIAL NÃO ESTEJA DISPONIVEL NO BANCO	UN			25.000,00	

	DE PREÇOS, UTILIZAR-SE-Á SUBSIDIARIAMENTE OS PREÇOS DA CONCESSIONÁRIA E DO MERCADO REGIONAL (UN)					
VALOR LOTE					50.924,50	
N° LOTE 07 - MANUTENÇÃO ELÉTRICA						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO PELA EMPRESA
13	MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E TRATORES DE PNEU	HORA	400	124,79	49.916,00	10%
14	FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE ELÉTRICA (CONFORME MARCA/ MODELO DISPOSTO NO TERMO DE REFERÊNCIA), DE ACORDO COM O BANCO DE PREÇOS DO SISTEMA CILIA. CASO A PEÇA OU MATERIAL NÃO ESTEJA DISPONÍVEL NO BANCO DE PREÇOS, UTILIZAR-SE-Á SUBSIDIARIAMENTE OS PREÇOS DA CONCESSIONÁRIA E DO MERCADO REGIONAL (UN)	UN			70.000,00	
VALOR LOTE					119.916,00	
TOTAIS (R\$)					1.804.292,50	

Na planilha acima, consta o valor estimado lançado pela municipalidade em cada item/lote. Deste valor estimado a empresa efetuará o desconto ofertado, tanto nas peças quanto na mão de obra. O percentual ofertado pela empresa consta em cada lote.

1.2. O edital e seus anexos, bem como a proposta da empresa DETENTORA desta Ata, são partes integrantes deste instrumento como se transcritos fossem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR REGISTRADO

2.1. O valor total global estimado com o presente registro de preços é R\$ 1.804.292,50 (Hum milhão, oitocentos e quatro mil, duzentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

2.1.1. Os percentuais de desconto ofertados pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que serão pagos na possível aquisição dos produtos/serviços são aqueles especificados na tabela do item 1.1 desta Ata.

2.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço (percentual de desconto), as cláusulas e condições constantes do Edital referente a ela.

2.3. Os itens deverão ser entregues de acordo com a descrição constante no anexo "A" do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

2.4. Aplica-se nesta contratação, resultante da Ata de Registro de Preços, a aplicação da IN RFB nº 1.234/2012, bem como o Decreto Municipal 193/2023, que dispõe sobre a retenção do IRRF nas contratações de bens e serviços pelo Município de Cordilheira Alta/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. A ata de registro de preços terá vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

3.1.1. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos nesta ata de registro de preços.

3.1.2. Os valores/percentuais estimados nesta contratação poderão ser reajustados, para mais ou menos, de acordo com o IPCA, divulgado pelo IBGE, ou pelo índice que venha a substituí-lo, nos termos fixados em Lei.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE FORNECIMENTO

4.1. Condições, prazos e local de Entrega

4.1.1. A execução dos serviços deverá ocorrer de acordo com o descrito neste termo, conforme Autorização de Fornecimento, em conformidade com o edital, em especial o item de descrição dos serviços, os anexos, a proposta de preços e Ata de Registro de Preços;

4.1.2. As solicitações de serviços serão feitas pela contratante, através de requisição, sendo que o contratado, após requisitado, terá o prazo de até 4 (quatro) horas corridas para iniciar o atendimento do respectivo chamado;

4.1.3. Após autorizado pelo Município, os serviços de mão de obra (preventiva) deverão ser realizados em até 48h após o aviso ou recebimento do veículo/máquina, sendo possível somente a prorrogação mediante autorização do Gestor de Frotas ou secretário da pasta;

4.1.4. A contratada é responsável pela retirada e devolução do veículo/máquina no município de Cordilheira Alta, sem ônus para o Município (o transporte deverá ser feito em cima de outro veículo a fim de evitar gastos com combustíveis, demais fluídos, pneus e outros componentes) e conforme solicitação da Secretaria;

4.1.5. Todas as despesas de deslocamentos, transporte dos veículos, máquinas e equipamentos da sede da CONTRATANTE (local sede de cada secretaria), até o local onde será realizada a manutenção será de total responsabilidade da Contratada;

4.1.6. Quando a empresa contratada optar por executar os pequenos reparos na sede da Contratante todas as despesas dos mecânicos, transporte, equipamentos, alimentação serão por conta da Contratada;

4.1.7. A entrega do veículo/máquina consertado deverá ser feita pelo contratado na sede da secretaria solicitante, para servidor designado que atestará os serviços executados;

4.1.8. A licitante deverá contar com serviços de Scanner automotivo, para garantir a eficiência da execução;

4.1.9. Para esta contratação, entende-se por serviços de mecânica especializada aqueles que envolvem montagem de motores, caixa e diferencial, bem como, sistema hidráulico e injeção eletrônica, conforme a necessidade;

4.1.10. Ao receber o veículo/máquina/equipamento, a Contratada deverá efetuar a análise/vistoria, gerando um relatório com a estimativa prévia dos serviços e peças necessários e passar para a aprovação do gestor responsável da Contratante e, só realizar a manutenção após a aprovação deste e os serviços/peças que forem autorizados;

4.1.11. Fornecimento de peças originais ou genuínas e materiais específicos a serem utilizados na execução dos serviços referidos no item anterior;

4.1.11.1. As peças a serem aplicadas quando da execução dos serviços, devem ser originais, só aceitando genuínas quando comprovadamente não for fornecida no mercado varejista pelo fabricante de peças originais;

4.1.11.2. Todas as peças substituídas mesmo que inaproveitáveis deverão ser devolvidas ao Secretário da pasta solicitante do serviço (ou responsável previamente designado), quando da finalização dos serviços e entrega dos veículos, que deverão ser armazenadas por este, para posterior inclusão em leilão;

4.1.11.3. Os descontos ofertados pelo CONTRATADO deverão ser cumpridos rigorosamente sobre os preços das peças constantes no Sistema CILIA, e o não cumprimento dos descontos ofertados de acordo com os preços estipulados no orçamento será considerado inexecução parcial do contrato, submetendo-se o CONTRATADO às sanções prevista no Contrato;

4.1.11.4. Caso não conste no Sistema CILIA o preço de alguma peça a serem orçados, os descontos contratados serão aplicados sobre o preço da concessionária. Não sendo possível a apuração de preço junto a concessionária, serão utilizados os preços praticados na empresa contratada, desde que compatíveis com o mercado regional, mediante pesquisa de preços realizada pela Contratante;

OBS: Todos os materiais necessários para execução dos serviços, tais como: combustíveis, tintas, solventes, polidores, soldas, massas, adesivos, materiais de

limpeza e de consumo em geral serão de responsabilidade da Contratada, já inclusos no valor da mão de obra;

4.1.12. O Município de Cordilheira Alta, se reserva o direito de consultar a Tabela de Tempo-Padrão de Execução de Trabalhos, para que em caso de dúvidas esta tabela será a referência para execução e posterior cobrança destes serviços;

4.1.13. Os serviços de mecânica Geral e elétrica, basicamente, constituirão de:

- a) Verificação corretiva ou preventiva do sistema mecânico e/ou elétrico dos veículos e máquinas;
- b) Substituição de peças
- c) Verificação da adequação e ensaios das peças a serem substituídas;
- d) Testes de funcionamento e segurança;
- e) Limpeza e lubrificação de sistemas mecânicos;
- f) Avaliação da necessidade de manutenção mecânica e/ou elétrica para a utilização eficiente e segura dos veículos e máquinas.

4.1.14. Os serviços de funilaria e pintura, basicamente, consistirão de:

- a) Verificação corretiva ou preventiva da carenagem e da pintura dos veículos e máquinas;
- b) Reforma ou substituição de partes;
- c) Verificação da adequação e ensaio das partes restauradas ou substituídas;
- d) Testes de funcionamento e segurança;
- e) Aplicação de proteção química nas áreas metálicas sujeitas à oxidação;
- f) Restauração da pintura das partes deterioradas ou realização de pintura integral em partes novas;
- g) Verificação da adequação e ensaio das cores nas partes restauradas ou substituídas;
- h) Testes de secagem e resistência da pintura;
- i) Aplicação de cera especial e execução de polimento nos veículos e/ou máquinas pintados;

4.1.15. Os serviços de ar-condicionado, basicamente, consistirão de:

- a) Instalação e Substituição de Componentes:
Instalação de sistemas de ar-condicionado novos.
Substituição de compressores, condensadores, evaporadores, secadores de filtro, válvulas de expansão e outros componentes.
- b) Manutenção Preventiva:
Inspeção visual e funcional do sistema.
Limpeza de filtros de ar.
Verificação e substituição de correias e mangueiras.
Testes de pressão e verificação de vazamentos.
- c) Refrigeração e Recarga de Gás:
Recarga de gás refrigerante.
Verificação de níveis de gás e correção de possíveis vazamentos.

Refrigeração do sistema para garantir o funcionamento adequado.

d) Diagnóstico e Reparação:

Diagnóstico de falhas no sistema de ar-condicionado.

Reparo de circuitos elétricos e eletrônicos.

Correção de problemas de funcionamento, como falta de refrigeração ou mau odor.

e) Higienização e Limpeza:

Higienização do sistema de ar-condicionado.

Limpeza de dutos e componentes para remover poeira, fungos e bactérias.

Aplicação de produtos antimicrobianos.

f) Teste de Desempenho:

Teste de temperatura de saída.

Verificação da eficiência do sistema.

Ajustes para garantir o melhor desempenho possível.

4.1.16. Toda manutenção só pode ser realizada após a emissão de orçamento das peças e mão de obra, no sistema Cilia, devidamente aprovado pelo responsável da Contratante;

4.1.17. O tempo de mão de obra será com base no tempo estimado na tabela Cilia, ao realizar o orçamento de peças;

4.1.18. A relação de veículos por lote [LEVES, PESADOS, IMPLEMENTOS E TRATOR DE PNEUS], encontra-se ao final deste Termo de Referência;

4.1.19. A quantidade de veículos pode aumentar em decorrência de aquisições ou recebimentos de bens no decorrer da vigência desta licitação, bem como poderá reduzir em decorrência de leilões, sinistros ou outros motivos legais.

4.1.20. Deverão ser prestados apenas os serviços solicitados pela Contratante. Caso identifique peças em estava avançado de desgaste, deverá solicitar autorização prévia ao fiscal de contrato, justificando a indicação para a troca.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias da entrega/execução dos serviços, mediante a apresentação das respectivas notas fiscais, as quais deverão estar assinadas pelo Fiscal de Contrato ou responsável;

5.2.1. A contratada deverá encaminhar a nota de acordo com as informações contidas na AF emitida pelo Município.

5.3. As despesas decorrentes da execução deste objeto correrão a cargo da seguinte dotação: (Projeto Atividade 2.093, 2.002, 2.013, 2.089, 2.094, 2.005, 2.084, 2.009, 2.011, 2.006, 2.099 / Fundo 2.019, 2.092 / Camara 2.001 – Elemento 3.3.90 – Despesa 9, 3, 37, 29, 32, 48, 97, 63, 73, 81, 84 / Fundo 4, 23, previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2024.)

CLÁUSULA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. - É permitida a subcontratação ou transferência parcial do objeto da licitação conforme Termo de referência, do processo originário, em até 25% conforme definição dos itens no termo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que caiba à CONTRATADO direito a qualquer indenização.

7.1.1. Ainda incorrerá no art. 156, inciso IV da lei 14.133/2021 quando da necessidade de extinção contratual.

7.2. A rescisão contratual poderá ser:

7.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a IV e IX do artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo de licitação, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

7.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTES

8.1. Os preços/percentuais registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços/percentuais registrados.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (Art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.10. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.11. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (Art. 116 da Lei n.º 14.133/ 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere à cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (Art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes

de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133/2021;

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.17. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.18. Efetuar a entrega do objeto/serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

9.19. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

9.20. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste 9.21. Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.22. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 24 horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.23. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.24. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.28. São obrigações do CONTRATANTE, exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO;

9.29. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.30. Notificar o CONTRATADO por escrito sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.31. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

9.32. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei n.º 14.133/2021;

9.33. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência;

9.34. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei;

9.35. Cientificar o órgão de representação da Controladoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

9.36. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.37. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.38.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO DA ATA

10.1. O Município providenciará a publicação desta ata de registro de preços, em resumo, na forma prevista em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

11.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o CONTRATADO que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133/2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021).

d) Multa:

I. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

II. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n.º 14.133/2021.

III. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.2. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (Art. 156, §9º, da Lei n.º 14.133/2021);

12.3. Todas as sanções previstas neste termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (Art. 156, §7º, da Lei n.º 14.133/2021);

12.3.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Art. 157, da Lei n.º 14.133/2021);

12.3.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (Art. 156, §8º, da Lei n.º 14.133/2021);

12.3.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados (Art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133/2021):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (Art. 159 da Lei n.º 14.133/2021);

12.7. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (Art. 160 da Lei n.º 14.133/2021);

12.8. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei n.º 14.133/2021);

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/2021;

12.10. Os débitos do CONTRATADO para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão, decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

13.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 141/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

14.1. Caberá ao representante institucional acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

14.1.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

14.2. A execução dos contratos decorrentes desta ata de registro de preços será acompanhada e fiscalizada pelos SECRETÁRIO MUNICÍPAIS. Administração, Fazenda e Planejamento: Rudimar Marafon, Assistência Social: Caroline Horn, Água e Saneamento Básico: Francismar Martins, Educação: Ana Eliza Tauchert, Agricultura Ind. E Comércio: Claucimar M. Obetzene, Chefe de Gabinete: Eder Retore, Responsável Sec. Cultura, Esporte e Turismo: Sonia Briancini e Saúde:

Flavia Cortes Garcia, Gerente de Infraestrutura Huedsley Groth Nunes que atuarão como representantes institucionais e a gestão do contrato caberá a servidora Angelita Gabriel.

14.2.1. O recebimento provisório do objeto ficará a cargo do fiscal do contrato e o recebimento definitivo do objeto do gestor do contrato ou da comissão designada pela autoridade competente.

14.3. Nos casos de atraso ou de falta de designação, de desligamento e de afastamento extemporâneo e definitivo do gestor ou dos fiscais do contrato e dos respectivos substitutos, até que seja providenciada a designação, as atribuições de gestor ou de fiscal caberão ao titular da secretaria do setor requisitante.

14.3.1. Os fiscais de contratos poderão ser assistidos e subsidiados por terceiros contratados pela administração, observado o disposto no art. 117 da lei 14.133/21.

14.3.2. A contratação de terceiros não eximirá o fiscal do contrato da responsabilidade, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

14.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó/SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Cordilheira Alta, SC, 07 de agosto de 2024.

Clodoaldo Briancini

Prefeito

Flavia Cortes Garcia
Fundo Municipal de Saude

GUARANI SERVIÇOS AUTOMOTIVOS

CNPJ n.29.886.316/0001-04,

Adilso Canzi

Contratada

Testemunhas:

Angelita Gabriel

CPF: ***.893.109-**

Claudia Hahn

CPF: ***270.779-**